

Trabalho, educação e universidade na Amazônia: desafios para a formação do trabalhador no contexto do capital

Work, education and university in the Amazon: challenges for worker training in the context of capital

Geanice Raimunda Baia Cruz

Gilmar Pereira da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém, PA, Brasil

João Batista do Carmo Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Cametá, PA, Brasil

Resumo

Este texto investiga a relação entre trabalho e educação num contexto amazônico, considerando a ação da universidade pública frente aos desafios da formação do trabalhador. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada no viés marxista, que apresenta elementos consistentes de análise para a compreensão das categorias trabalho, educação e universidade. Os resultados apontam, que as políticas públicas, não favorecem a oferta da educação com qualidade para a classe trabalhadora, mas que, com as ações formativas de ensino, pesquisa e extensão. Conclui-se que a Universidade Pública vem se fortalecendo na luta por uma formação humana integral, em que o trabalho, por ser uma atividade essencialmente humana, seja concebido como princípio fundante da vida e entendido como condição de libertação do sujeito.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Universidade Pública. Formação do trabalhador.

Abstract

This text investigates the relationship between work and education in an Amazonian context, considering the action of the public university in the face of the challenges of worker training. This is a bibliographical research, based on the Marxist bias, which presents consistent elements of analysis for the understanding of the categories work, education and university. The results show that public policies do not favor the provision of quality education for the working class, but that, with the formative actions of teaching, research and extension. It is concluded that the Public University has been strengthening itself in the struggle for an integral human formation, in which work, as an essentially human activity, is conceived as a founding principle of life and understood as a condition for the liberation of the subject.

Keywords: Labor and Education. Public University. Worker's Formation.

1. Introdução

No contexto histórico atual, faz-se necessário uma reflexão crítica sobre o processo de formação de trabalhadores, contextualizado pelas categorias trabalho, educação e universidade, explicitando a função social da universidade nesse contexto de crise do capital, de restrição de direitos, de fragmentação e de instrumentalização da formação dos trabalhadores.

Por isso, neste texto, buscamos refletir como as políticas públicas são pensadas para a educação num contexto capitalista. Em seguida, discutimos o entendimento da concepção de trabalho e da relação entre trabalho e educação; e finalmente, esboçamos uma possível ação da Universidade Pública, como um espaço construtor que promove a formação do sujeito crítico e emancipado, que luta pela formação humanizadora.

Romper, entretanto, com esse sistema excludente requer que o sujeito tenha consciência da classe a que pertence, pois do contrário, continuará sendo subjogado nesse processo de exploração do capital. Por isso, é notável a importância da Universidade para a formação do sujeito amazônico e para o desenvolvimento econômico da região tocantina, questões analisadas no decorrer deste texto.

2. A Educação e as Políticas Públicas na Agenda Governamental

A Educação não foi definida, em nosso país, como prioridade na agenda governamental, apesar de debatermos tanto sobre sua importância para o desenvolvimento de regiões, como a Amazônia.

Por isso, fundamentados em Coutinho (2006), entendemos que, se o Estado não assumir sua reponsabilidade de provedor das políticas públicas para a educação, continuaremos assistindo ao avanço cada vez maior das desigualdades sociais, fundamento da lógica capitalista. E acrescenta o autor que esse fato provoca consequências extremamente perversas, “pois desde o início de nossa formação histórica, tivemos uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo” e que acabe insistir que “a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares” (COUTINHO, 2006, p. 176).

A negação desse direito universal, priva-nos do acesso a direitos considerados universais (moradia, alimentação, saúde etc.) para atender às nossas necessidades básicas. Por outro lado, sabemos também que o “Estado se constitui a partir da articulação entre a

sociedade civil e sociedade política” (GRAMSCI, 2002, p. 140), ou seja, há a necessidade da participação de variados atores sociais e outras instituições políticas.

Na medida em que não se assume a educação como prioridade na agenda governamental, abre-se um leque de contradições que apontam para a necessidade de se viabilizar ações emergenciais ou definitivas para a oferta de uma educação pública de qualidade, partindo de alguns princípios fundamentais: adequação das políticas públicas em educação ao contexto em que estamos inseridos, democratização das relações no interior da escola, valorização da formação dos sujeitos que compõe a escola.

Nesse sentido, entender a importância da educação requer uma compreensão dos variados contextos e dos mais diferentes discursos projetados no tempo e no espaço, uma vez que as demandas e as exigências sociais vinculam-se em um dado momento histórico. Nesse sentido, Dourado e Oliveira (2009, p. 201) argumentam que:

Caso se tome como referência o momento atual, tal perspectiva implica compreender que embates e visões de mundo se apresentam no cenário atual de reforma do Estado, de rediscussão dos marcos da educação – como direito social e como mercadoria -, entre outros.

Portanto, vários são os fatores internos e externos que interferem para que, de fato, se pense uma educação de qualidade no contexto escolar. Por isso, entendemos que a qualidade da educação se vincula diretamente ao processo de inclusão dos diferentes sujeitos, nos diferentes espaços e em seus distintos níveis, etapas ou modalidades educativas, nos projetos dos governos tanto na esfera nacional quanto estadual e municipal.

E, se entendemos que a desigualdade social se reflete na desigualdade educacional (SANTOS, 2013), fica evidente que a escola e os processos formativos precisam estar associados à garantia de políticas públicas educacionais, e que essas sejam alvo de profundos debates pelos governos e sociedade civil, com vistas ao acesso incondicional ao saber sistematizado, à melhoria da qualidade de vida, maior equidade e desenvolvimento econômico e social dos sujeitos da região amazônica. Esse deve ser o princípio a nos mover, como bem nos lembra Frigotto (1995), a luta por uma escola de qualidade é mais ampla, a começar pela mudança de postura de nossos governantes, que a sociedade se torne mais esclarecida e pelas transformações nas relações sociais que produzem a nossa própria existência.

Logo, faz-se necessário explicitar a função social da universidade na sua relação com o mundo do trabalho, considerando sua contribuição no processo de produção de ciência e tecnologia e de formação de trabalhadores e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Essa concepção coloca a universidade em lugar de destaque em um projeto de governo que busque o desenvolvimento econômico, social, educacional, cultural e político pautado na ciência, na tecnologia e na busca da soberania de uma nação.

3. O Trabalho no contexto da Produção da Existência

Historicamente, os homens produzem a partir de condições materiais concretas. Entretanto, na sociedade capitalista, segundo Dourado (2020, p. 3), observamos de forma avassaladora as constantes reformas neoliberais sob o eixo da redução do Estado nas políticas sociais e sua retomada para a expansão do capital, como novos formatos e complexificação de processos de privatização, flexibilização da legislação trabalhista, novos processos de financiamento que só contribuem para a neutralizar a vida do trabalhador. Por isso, buscamos aqui compreender como ocorre esse processo permeado de contradições, na conjuntura política em que vivemos.

No contexto do trabalho, vivemos uma metamorfose constante sobre as possibilidades de inserção, atuação e exploração da força do trabalhador frente ao mundo do trabalho e cabe a esse se libertar ou permanecer sendo subjugado. Essa ideia é alicerçada na concepção de Marx (1982), segundo a qual o trabalho constitui-se como uma atividade exclusivamente humana, fundamental para o processo de humanização do homem. Podemos dizer, então, que “o trabalho é o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas. A essência do homem é o trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 157).

Nesse sentido, tudo o que o homem pensa e faz está articulado com o seu trabalho, com sua condição de existência, inserida num determinado contexto, num processo de produção que é quase sempre monopolizado pelo capital. No entanto, defendemos, aqui, uma concepção de trabalho, onde “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (MARX, 1982, p. 37).

Dessa forma, compreendemos que o processo de trabalho diferencia o trabalho humano da atividade de todas as outras espécies, pois o ser humano racional, pensante, reflexivo, pode efetivar a articulação entre a ideia e a ação, entre o abstrato e o concreto,

entre o pensado e o realizado, entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer, enfim, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Desse modo, segundo Marx e Engels (1983, p. 60), há uma combinação que se expressa entre:

1) Educação intelectual; 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares e 3) Educação Tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico, de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

Essa parece ser uma questão crítica que se vem colocando na discussão sobre a “união do ensino ao trabalho produtivo e um ensino politécnico, pois uma concepção orgânica implicada no movimento da criação, das condições históricas de uma sociedade onde o homem se humanize pelo trabalho” (FRIGOTTO, 1993, p. 189). O caminho de resgate desse pensamento é justamente reconhecer a dialética do trabalho como a base do conhecimento humano, mediante a qual os homens produzem sua existência — pelo trabalho — nas relações sociais reais.

Por isso, defendemos uma educação emancipadora, onde o trabalho seja concebido como princípio educativo. Para Silva (2006, p. 81), “[...] a compreensão de que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana e que ocupa lugar central na vida, tem permitido a pensadores sociais reconhecerem nele a gênese do processo educativo.”

Nesse sentido, a formação do homem é um processo educativo, uma vez que necessitamos aprender para produzir a nossa existência. E essa constituição ocorre nas contradições do mundo real, onde demonstramos o que, como e para quem produzimos. Por isso, é um processo de aprendizagem contínuo e sempre em transformação.

Dessa forma, salientamos que a união entre ensino e trabalho produtivo decorre da própria luta de reconquista da classe trabalhadora, onde a indissociabilidade entre a teoria e a prática precisa se constituir como uma bandeira de luta em contrapartida ao modo de produção capitalista explorador. Por isso, o trabalho precisa ser convertido não só em um meio de vida, mas na primeira necessidade da vida” (FRIGOTTO, 1993, p. 189).

Entendemos que a educação é um direito social e subjetivo e não deve ser pensada na lógica de formar força de trabalho adaptada aos interesses do mercado capitalista, na ótica da “pedagogia das competências”, da “empregabilidade”, que coloca sobre os ombros dos sujeitos toda o encargo pelo sucesso ou fracasso escolar e profissional. Assim, a educação

não poderá mais ser vista como processo mecânico de desenvolvimento de potencialidades. Ela será necessariamente um processo de construção, ou seja, uma prática mediante a qual os homens estão se construindo ao longo do tempo (SAVIANI, 2007, p. 68).

Em *O capital*, Marx (2019) faz referência a essa libertação que a sociedade capitalista opera e que o faz em dois sentidos: o trabalhador se converte em trabalhador livre porque desvinculado da terra, livre porque pode vender sua força de trabalho, mas também porque é despojado de todos os seus meios de existência.

Ainda para Marx (1982), o trabalho é um processo que existe enquanto ideia e que, por meio da atividade do homem, são produzidos sentidos para as coisas, para a vida e para a sua própria existência. Daí o entendimento de que somente os homens o realizam, pois só eles têm essa capacidade de projetar idealmente algo que queiram realizar e que, posteriormente, realizam. Diríamos, pois, que a relação entre o trabalho e a educação é uma relação de identidade (SAVIANI, 2007).

À medida em que essa nova forma de pensar a existência humana se fortifica, reorganizam-se as relações sociais de maneira correspondente, e a escola passa a ser percebida como um espaço de possibilidade da materialização das funções intelectuais no processo produtivo, como uma agência educativa, onde, pelo seu papel político, possa ser propulsora de uma formação cidadã, por intermédio da universalização de uma escola unitária que desenvolva ao máximo as potencialidades dos indivíduos para uma formação omnilateral (FRIGOTTO, 1993), conduzindo-os ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais e intelectuais.

Com base nas análises efetuadas, corroboramos o pensamento de Saviani (2007), ao defender uma educação em seu sentido ontológico, uma educação formativa integral, no sentido marxiano, [...] de necessidade para o homem viver e saber pensar, saber decifrar os signos, saber estabelecer as relações entre os fenômenos, procurando ver suas essências e não a aparência, o superficial apenas” (SANTOS, 2013, p.13).

Por sua vez, constatamos que o trabalho, independente do contexto vivido, continuará sendo uma prerrogativa humana, mantendo-se a sua definição geral como “[...] atividade através da qual o homem, guiado por determinada finalidade, transforma um objeto por meio de determinados instrumentos” (MARX, 2019, p. 199). Ademais, são as nossas necessidades primárias de alimentação, habitação, educação etc., que nos põem em ação

pelo trabalho. É o modo como vamos satisfazê-las e as condições históricas em que estamos vivendo que determinarão o nosso agir.

Por conseguinte, o trabalho constitui-se, por ser um elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido e socializado e um direito a ser usufruído como uma propriedade dos bens do mundo, pois é por eles que os indivíduos podem criar, recriar e reproduzir permanentemente sua existência (FRIGOTTO; CIAVATA, 2002, p. 15). Logo, impedir o direito do cidadão ao trabalho se constitui na negação, numa violência, característica do modo de produção capitalista, que busca oprimir cada vez mais o jovem trabalhador, começando por negar o acesso à educação e, conseqüentemente, ao trabalho.

É perceptível também, a necessidade de entendermos as principais transformações no mundo do trabalho contemporâneo, em particular no seu universo produtivo. Nesse sentido, Antunes (2003, p. 235) destaca que:

Para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora em nossos dias, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos. Incorpora também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Portanto, compreender de modo ampliado como a classe trabalhadora atual, no contexto do capitalismo mundializado, marcado pela transnacionalização do capital, se movimenta por dentro das possibilidades do sistema produtivo, implica entender “este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção” (ANTUNES, 2003, p. 236). Ou seja, apesar do trabalhador ser assalariado – produtivo, quase sempre sua força de trabalho é negociada e explorada como uma mercadoria.

Em suma, há uma nova reconfiguração, no mundo do trabalho, que não deixa de ser mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada, mais polissêmica e mais multifacetada das várias formas de trabalho. O que para Antunes (2003, p. 236) incorpora “uma nova forma de ser do trabalho” e que inclui “o proletariado moderno, part-time, fabril e de serviços”, que se manifesta pelo vínculo de trabalho flexível, temporário, intensificado, precarizado, que se configurou na abolição dos direitos trabalhistas, viabilizando uma isenção de encargos do capital com os trabalhadores e evidenciando um número massivo de trabalhadores desempregados.

4. A crise do capital e o papel da Universidade na formação do trabalhador na Amazônia

Ao longo do século XXI, as transformações provocadas no processo de produção capitalista afetaram diretamente as expectativas de futuro, de modo a acentuar um estilo de vida estreitamente vinculado às novas exigências da reestruturação produtiva voltada para a flexibilização e acumulação capitalista. Entretanto, o risco capitalista foi temporizado, para os trabalhadores, principalmente na região amazônica, pois não se garantiu os direitos sociais básicos, nem a liberdade para motivar os agentes a se empenharem na “construção de um projeto coletivo da sociedade, de modo que a economia regional seja pouco competitiva nacional e internacionalmente e a renda per capita e qualidade de vida da população situem-se entre as mais baixas do Brasil” (SILVA, 2015, p. 17).

A partir dessa constatação, foram iniciadas inúmeras discussões acerca das mudanças advindas dessa relação de flexibilização do modo de produção capitalista, os quais seriam responsáveis pela instauração de uma nova e mais adequada maneira de organização industrial, quando comparada ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitaria o advento de um trabalhador mais qualificado, flexivo, autônomo, participativo, multifuncional e polivalente em sua atuação no mercado de trabalho.

Outro entendimento que necessita ser questionado, segundo Antunes (2009, p. 47), é que as mudanças encontradas não caminhariam na direção de uma “japonização ou toyotização da indústria”, e sim estariam intensificando tendências existentes, que não configurariam, portanto, uma nova forma de organização do trabalho. Na verdade, há uma controvérsia sobre esse pensamento, pois foi possível identificar de forma acintosa que as mudanças, no contexto das economias capitalistas no mercado de trabalho, beneficiariam muito mais os patrões do que os trabalhadores. Ou seja, se intensificou “a proliferação de desempregados, trabalhadores terceirizados, subempregados, pessoas que foram destituídas de mínimas condições de vida e reféns da lógica excludente estrutural do capital” (RODRIGUES, 2007, p. 152).

Nesse contexto, a atividade humana, a gerência das formas e das condições de trabalho exigem um novo repensar sobre o processo de regulação da força de trabalho humano, em que a questão da formação e da qualificação se tornam imprescindíveis para

responder às exigências do mercado capitalista, que se materializa pelas diversas formas de exploração e que impacta diretamente sobre o modo de ser e viver do trabalhador.

Por isso, a questão da qualificação do trabalho, de acordo com Machado (1996, p. 16), “[...] torna-se ainda mais crucial nas relações de produção e no trabalho, em que se objetivam novos métodos de racionalização do aparelho produtivo, que contribuem para acentuar as diferenciações entre os segmentos de trabalhadores.” A aceleração do progresso técnico exige trabalhadores mais qualificados, multifuncionais, no entanto, o processo de qualificação só se solidificará quando aos sujeitos forem dadas possibilidades concretas de acesso às informações, exercício da autonomia, da crítica e da participação ativa nos processos decisórios.

Essa perspectiva de formação de um ser humano completo se coloca como um ideal a ser conquistado no espaço funcional da universidade, por isso, “[...] as contribuições da universidade na formação de profissionais para o mundo do trabalho e na produção de conhecimento erguem-se como elemento fundamental nessa discussão sobre educação e trabalho” (SILVA, 2019, p. 19). Soma-se a isso, a compreensão de que, conforme Silva, Silva e Rodrigues (2020, p. 61):

A Universidade, além de produzir ciência e tecnologia, deve ampliar sua compreensão da realidade da qual se encontra inserida, visando a produção de conhecimentos que sirva para apontar caminhos capazes de garantir a socialização desses conhecimentos para todos irrestritamente.

Existe, portanto, o reconhecimento da Universidade como um importante e insubstituível espaço de produção de conhecimento, construção do ser social e fortalecimento de sua condição existencial enquanto sujeito de sua história, pois, ao mesmo tempo que nela se produz o conhecimento, também se interfere, com vistas à sua transformação. Corrobora com esse entendimento, Chauí (2001, p. 35), quando afirma que a universidade é “uma instituição social, que se realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte, não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.” Assim, podemos nos perguntar qual é ou qual deve ser o lugar da universidade? E qual sua importância para a sociedade?

Na visão de Oliveira (2009, p. 12):

[...] qualquer que seja o sistema produtivo em acepção ampla, o lugar da universidade é privilegiado e não haverá esforço para o desenvolvimento econômico que resulte exitoso se a universidade não for o seu motor principal: ou, dizendo em termos marxistas, a força de trabalho da qual se extrai o sobre produto que realimenta permanentemente a expansão do sistema hoje só pode ser viabilizada pelo binômio técnico-científico.

Para o autor, o binômio “técnico-científico” constitui-se como elemento essencial para a formação integral do homem, se compreendermos a articulação da formação por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, relacionando-os com as perspectivas de atuação do trabalhador. Sobre isso, Silva (2019, p. 21) reforça que, no momento de crise do capital que estamos vivendo, “[...] a formação do trabalhador passa, também, por um profundo processo de mudança”. Assim, a Universidade passa a ser vista como um motor propulsor do desenvolvimento da educação brasileira, quando sua essência “[...] se articula diretamente com a dinâmica econômica, social e cultural de qualquer sociedade, e, que, portanto, contribui como processo produtivo por meio da produção da ciência e da tecnologia, assim como pela formação do trabalhador”, afirma Silva (2019, p. 21).

Nesse sentido, podemos entender que a universidade não é um projeto homogêneo no Brasil o no mundo. Diferentes concepções de trabalho podem levar a diferentes concepções e/ou modelos institucionais de universidade. Dessa forma, abordaremos, neste texto, os diferentes modelos institucionais – uns totalmente subjugados à lógica do capital outros forjados em uma perspectiva de crítica ao capital, a partir das análises apresentadas por Silva (2019).

As Universidades públicas federais que, segundo o autor, apresentam forças distintas e antagônicas: de um lado, um grupo que vê a universidade a partir de um modelo europeu clássico baseado numa concepção humboldtiana, aproximando-se de uma teoria liberal, e não tem uma relação direta com o trabalho. De outro lado, grupos diversificados, que se apoiam na corrente marxista, que valoriza o conhecimento universal, distintos, por meio da investigação científica livre, fora das amarras do Estado em todas as suas dimensões.

Dessa maneira, ao analisar o processo histórico de criação das universidades federais, destacamos a Universidade Federal do Pará e sua importância para a região amazônica, considerando-a “como o mais alto nível e organização acadêmica da educação superior brasileira” (SILVA, 2019, p. 108), pois, enquanto produtora do conhecimento, integra ensino,

pesquisa e extensão numa relação com o mundo do trabalho, além de almejar a formação de sujeitos capazes de promover uma sociedade sustentável, crítica e inclusiva.

No que diz respeito a Universidade corporativa, o autor destaca que “trata-se de um modelo institucional que se aproxima da teoria neoliberal” (SILVA, 2019, p. 108), uma vez que concebe a educação como uma mercadoria, para servir como mão de obra qualificada as necessidades e interesses imediatos do capital. Em nosso entendimento, é uma instituição que se preocupa diretamente com o desenvolvimento de competências para atuar no mercado de trabalho, com foco na organização e na gestão eficaz para obtenção de resultados, deixando em segundo plano a formação integral, produzindo e reproduzindo para o capital.

Por sua vez, a Universidade tecnológica, é aquela que na visão do autor, materializa-se a partir do entendimento de que “a ciência pode se transformar em força produtiva” (SILVA, 2019, p. 117), o que revela mudanças no acesso ao Ensino Superior de forma precária e aligeirada pela EaD, e no setor produtivo em decorrência da exploração da força de trabalho, vinculados às condições precárias de empregos, acentuados pela hegemonia do capital financeiro.

Entretanto, constata-se que os Centros de Educação Tecnológica, ao longo da última década, vêm se configurando em espaços de resistência contra a privatização da educação, por meio de debates em seminários, congressos, eventos “cujos resultados, buscam contribuir para elevar a compreensão e a ação da sociedade e da comunidade educacional frente às reformas em curso e a definição de novas políticas educacionais” (SILVA, 2019, p. 125). No bojo das contradições, ainda, temos a crença de que essas transformações são possíveis e o ambiente universitário pode se constituir como mediação para a efetivação de uma educação verdadeiramente libertadora e transformadora, independentemente de nível ou modalidade de ensino ofertado.

A Universidade do movimento social, no entendimento de Silva (2019, p. 125), “trata-se de um espaço de encontro e intercâmbio dos movimentos sociais”. Assim, ainda segundo o autor, esse modelo de universidade, se constitui em um espaço institucional que se baseia numa perspectiva marxista, questionando a ordem social vigente, que luta pelas causas sociais e pela superação de qualquer forma de exploração do trabalhador. Em outras palavras,

“traz em si o debate sobre a formação dos trabalhadores em nível superior, centrada em uma reflexão da profunda relação existente entre trabalho e educação” (SILVA, 2019, p. 125).

Portanto, diante dos modelos institucionais de universidades apresentados e analisados, faz-se necessário destacar os desafios que a universidade pública se depara nesse momento em que o capital, centrado na propriedade privada dos meios de produção, imprime sobre o sujeito, um projeto dominante do seu modo de produzir e ao qual tem de subordinar o trabalhador à sua vontade. E essa dependência não é um ato eventual, e sim uma persistente necessidade de se adequar a força do trabalho à produção que se exige, conforme salienta Marx (1982, p. 212), ao reforçar que “[...] quanto menos se sintam o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais”.

Em contrapartida, Gramsci (2006) afirma que não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, ou seja, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Isso significa dizer que o homem necessita de trabalho tanto quanto da educação, por isso, não dá para termos universalização da educação sem a universalização do trabalho, visto que não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas (MARX; ENGELS, 1982).

Desse modo, na visão dos autores, a luta pelo acesso ao saber, por intermédio da ciência, da cultura, das práticas de trabalho, está ligada diretamente aos conhecimentos técnicos necessários, à compreensão do processo de produção, da qual os trabalhadores foram historicamente expropriados. Por isso, a educação “[...] é um importante instrumento para que o trabalhador consiga não apenas ter acesso aos conhecimentos, mas que, por meio deles, possa controlar o processo de produção e reprodução dos conhecimentos científicos e técnicos envolvidos no processo produtivo” (LOMBARDI, 2011, p. 106).

Sob essa perspectiva integradora da educação e do trabalho é que a universidade, de acordo com Araújo (2020, p. 48-49, grifos do autor):

[...] não seja o corolário da dualidade educacional, mas espaço de integração entre trabalho produtivo e trabalho intelectual. [...] a universidade deve se organizar de modo democrático, permitindo o livre pensar, o contraditório e a possibilidade de participação ampla da comunidade. [...] A universidade não pode ser compreendida como uma “organização social, mas como uma instituição social”.

E Araújo (2020, p. 50) acrescenta que:

A força e a legitimidade da universidade em todo o mundo vêm exatamente da independência, mesmo que relativa, que historicamente construiu em relação ao estado, à religião e ao mercado, portanto, o progresso da ciência e os vínculos fortes com a necessidades humanas, devem permitir o resgate das funções históricas do trabalho e da educação: a humanização.

Compreendemos, assim, que a Universidade, como uma instituição social, tem uma função imprescindível no processo produtivo, pois, por meio da ciência e das tecnologias – busca promover a formação do sujeito trabalhador – mas com uma formação responsável e humanizadora, onde trabalho produtivo e trabalho intelectual se constituam elementos integradores para que o sujeito possa articular a produção do conhecimento com suas reais necessidades de vida. Dessa forma, nesse momento de hegemonia do capital, precisamos cada vez mais de sujeitos pensantes, com força crítica para se contrapor aos ditames da sociedade capitalista.

Isso tudo configura novas questões que não findam nessa seção, mas que, entretanto, como pesquisadores, nos instiga a refletir sobre a interação cada vez mais crescente entre conhecimento científico, qualificação do trabalhador e papel da Universidade nesse processo, buscando relacionar o trabalho como fundamento da vida humana.

5. Considerações Finais

Neste texto, objetivamos investigar a relação entre trabalho e educação num contexto amazônico, em particular como as políticas públicas são pensadas para a educação, considerando a ação da universidade pública frente aos desafios da formação do trabalhador, no interior do modo de produção capitalista.

É imperativo que percebamos que o capitalismo não nos serve e uma nova ordem societária se faz mais que urgente. E somos nós, trabalhadores e trabalhadoras, que construiremos essas transformações, mas de forma coletiva. A sociedade civil precisa aprender a pensar e trabalhar coletivamente para contrapor a dominação do capital em todas as suas facetas.

As políticas públicas são políticas de poder, onde os governos tentam usurpar dos direitos já conquistados da classe trabalhadora. Políticas de governos são políticas do poder,

do agronegócio, das indústrias, não é política para a diversidade. Por isso, precisamos politizar as políticas, para que elas representem o interesse da classe trabalhadora.

Desse modo, precisamos nos lançar nos debates, nos envolver em projetos que valorizem o ser humano em todos os seus aspectos, propondo uma discussão crítica e ampla sobre a sociedade, pois, do contrário, a barbárie continuará sendo instalada no Brasil.

Menos direitos e mais trabalho é lema do governo atual. Se não lutarmos por melhores condições de trabalho na educação, perderemos os direitos por uma educação pública, gratuita de qualidade. Sem lutas não há educação de qualidade. Direitos requerem muita luta. Lutar pelos e por mais direitos, e para manter os direitos que já foram conquistados.

É muito cruel assistir à usurpação da produção científica pelo interesse mercantil do governo atual. Por isso, o papel das universidades públicas é ressaltado em direção às mudanças, principalmente no que diz respeito à formação de quadros de profissionais críticos, qualificados, que repudie a formação fragmentada, generalizada, afunilada nas políticas minimalistas para a educação, mas que se constitua como uma instituição que favoreça a formação humana e integral de todos os sujeitos.

É a partir desse contexto, que se faz necessário refletir sobre as diversas e importantes experiências dos modelos institucionais de universidades na região Amazônica, que se empenham em possibilitar uma aproximação mais efetiva entre trabalho e educação, numa concepção de Educação Superior, objetivando a formação integral do homem, resgatando seu caráter ontológico, sua relação com o processo produtivo e sua articulação com a dinâmica econômica, social e cultural de qualquer sociedade.

Concluimos, este estudo, apontando que as políticas públicas atuais não favorecem a oferta da educação com qualidade para a classe trabalhadora, mas que, com as ações formativas de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Pública vem se fortalecendo em um espaço de luta, luta por uma formação humana, por inteiro, em que o trabalho, por ser uma atividade essencialmente humana, seja concebido como princípio fundante da vida e entendido como condição de libertação do sujeito a qualquer forma de opressão.

Referências

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], v. 1, n. 2, p. 229-237, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000200004>>. Acesso em: 20 set. 2022.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Ronaldo de Lima. Universidade e Trabalho: A função social da educação frente ao mundo do trabalho. In: SILVA, João Batista do Carmo; SILVA, Gilmar Pereira da (org.). **Universidade e trabalho no Brasil**: a formação do trabalhador amazônida em foco. Curitiba: Appris, 2020. p. 37-52.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. (Coleção Polêmicas do nosso tempo). Campinas: Autores Associados. 1997.

AZEVEDO, Janete M. L. **A educação como política pública**. Polêmicas do nosso tempo. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

CHAUI, Marilena de Sousa. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). **Educação brasileira**: indicadores e desafios. Documentos de consulta. Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia M. W. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 173-200.

DOURADO, Luiz Fernandes. PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização. In. DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **PNE, políticas e gestão da educação**: novas formas de organização e privatização. Brasília, DF: ANPAE, 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes e OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES** [online], v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>>. Acesso em: 20 set. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria (org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Editora Alínea, 2011.

MACHADO, Lucília R. de Souza “Qualificação do trabalho e relações sociais” In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996. p. 13-40.

MARX, Karl. **Para crítica da economia política**: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar. (Coleção os Economistas). São Paulo: Brasil Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Ana. 36.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio: Recuperando a visão? In: SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

RUBENS, Luiz Rodrigues. Processo civilizatório, espaço público e educação escolar: contradições no contexto do capitalismo contemporâneo. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 149-174, jan./dez. 2006, jan./dez. 2007.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. **A educação no desenvolvimento da Amazônia**. Porto (Pt): ANPAE, 2013.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SILVA, João Batista do Carmo; SILVA, Gilmar Pereira; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A Universidade frente ao desenvolvimento da Amazônia. In: SILVA, João Batista do Carmo; SILVA, Gilmar Pereira da (org.). **Universidade e trabalho no Brasil**: a formação do trabalhador amazônida em foco. Curitiba: Appris, 2020. p. 53-75.

SILVA, Gilmar Pereira da. Trabalho e Educação: em busca de uma síntese. **Revista Trabalho & Educação**, cidade, v. 15, n. 2, p. 72-84, jul./dez. 2006.

SILVA, João Batista do Carmo. **Universidade, trabalho na Amazônia**. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Maria Rita da Silva; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **O enunciado político educacional e a transgressão na qualidade da educação pública**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015.

SIQUEIRA, Romilson Martins. A política educacional e o discurso neoconservador: o que há de novo na velha agenda do mercado? In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **PNE, políticas e gestão da educação**: novas formas de organização e privatização. Brasília: Anpae, 2020. p. 10-32

Sobre os autores

Geanice Raimunda Baia Cruz

PGEDA/UFPA-Campus Belém - Doutoranda em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia. Coordenadora Pedagógica e professora da Educação Básica – Cametá-PA.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7600-9162>. E-mail: geanice@bol.com.br

Gilmar Pereira da Silva

PGEDA/UFPA – Campus Belém - Professor doutor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9814-9089>. E-mail: gpsilva@ufpa.br

João Batista do Carmo Silva

PPGEDUC/UFPA – Campus de Cametá

Professor doutor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3170-4735>. E-mail: jbatista@ufpa.br

Recebido em: 03/10/2022

Aceito para publicação em: 25/10/2022